Questões Pertinentes

*José Gabriel Ávila**

Proponho-me, neste dia de reflexão, trazer à consideração dos leitores questões que julgo pertinentes, em tempos de mudança para a sociedade pós-covid.

1. Setor da Saúde

O problema dos cuidados de saúde prestados à população envelhecida da maioria dos concelhos açorianos, não é de somenos.

A pandemia veio pôr a nu deficiências que apenas a construção de novas instalações e aquisição de equipamentos não resolve.

Faltam médicos de clínica geral e familiar e de outras especialidades, que respondam às necessidades da maioria da população. As contingências das deslocação por mar ao hospital de referência são também agravadas por conflitos laborais. Donde se conclui que os precários cuidados prestados pelos Centros de Saúde, aos habitantes das seis ilhas mais periféricas não se podem limitar a consultas de rotina. Esses serviços devem estar preparados para acorrer a situações urgentes.

Presumindo que a equidade é um princípio autonómico, e que o SRS tem a obrigação de responder a todos os que dele necessitem, não se pode esperar mais por uma solução capaz, quando o problema arrasta-se há demasiado tempo.

Admitindo que houve uma resposta satisfatória à pandemia e que o processo de vacinação e os cuidados médicos aos infetados foram capazes, importa agora reorientar os Serviços de Saúde para que respondam às patologias resultantes do agravamento do nosso inverno demográfico.

O envelhecimento da população e o aumento da esperança média de vida que tanto se ambiciona, constitui uma preocupação, sobretudo nas ilhas sem hospital. Infelizmente, é lá que se morre à míngua por falta de meios humanos e técnicos. E isso atenta contra o primeiro direito fundamental, pelo que não se pode aceitar.

2. Novo paradigma sócio-económico

Outra questão não menos importante resultante da pandemia é a alteração do paradigma sócio-económico e a noção de que a terra e o meio ambiente em que vivemos devem ser respeitados e protegidos, sob pena de o mundo estar a cavar a sua própria sepultura.

Há uma maior consciência ecológica que defende novos rumos para a economia, ambientalmente mais limpos e saudáveis.

Exemplo disso é a decisão recentemente tomada nos Açores sobre uma significativa redução da produção leiteira.

Há anos atrás, a política agrícola comum defendeu uma agricultura mais ecológica que não forçasse tanto a produção e tivesse em conta o equilíbrio da natureza. Só agora, e perante o agravamento dos fatores de produção sem que o preço do leite aumentasse, os responsáveis da lavoura entenderam as propostas europeias. "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades..."

3. Alterações no comércio

Exemplo disto é o cenário que se observa nas principais artérias de Ponta Delgada: mais de duas dezena de espaços comerciais encerraram portas, sinal de que, também no comércio, a mudança aconteceu.

Em resultado da pandemia, da moderação do consumo, do avanço do comércio eletrónico ou da preferência pelas grandes superfícies comerciais? De tudo um pouco, pois não existe investigação publicada que o comprove, como era de esperar.

Isso terá consequências para a malha urbana: permitirá a recuperação de imóveis antigos, destinando-os à habitação e alojamento local, facilitará a fixação de jovens famílias na cidade e, provavelmente, contribuirá para o abaixamento das rendas.

Mas a questão pode ter outras perspetivas que importa analisar.

De nada serve fechar ruas ao trânsito, se o movimento citadino diminui, o comércio reduz a sua atividade e os cidadãos afastam-se do centro urbano. não procura .

As opções ambientais e ecológicas das gerações mais novas, com mais habilitações académicas e mais competências, têm um apreço especial pela ruralidade e por espaços despoluídos. Se a isto juntarmos as vantagens e facilidades das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o recurso cada vez maior ao teletrabalho, novos caminhos se abrem, até há pouco impensáveis e desconhecidos.

Tendo como pano de fundo a aflitiva questão do declínio demográfico para o qual urge encontrar respostas satisfatórias, têm os responsáveis pelos nossos destinos de encontrar alternativas à fixação da jovem geração.

Uma delas passa, necessariamente, pelo processo educativo.

4. A educação

A mudança do sistema económico vai trazer consigo alterações curriculares em vários domínios do saber, seja na biologia, na economia, no ambiente, na ecologia, na produção energética, na investigação científica, na engenharia, nos transportes e no turismo.

Nessas áreas está reservado um papel insubstituível às Universidades, aos Institutos politécnicos, às escolas profissionais, promovendo a criatividade e o empreendedorismo, a formação de quadros, a investigação e a busca de novos caminhos para o desenvolvimento, em parceria com instituições privadas e públicas, nacionais e estrangeiras. Só assim se justificam as reivindicações de apoios estatais e da União Europeia.

No caso concreto da Universidade dos Açores, há que informar mais a opinião pública açoriana sobre a atividade dos três polos localizados nas antigas capitais de distrito e qual a produção científica dos docentes e investigadores. Doutro modo, teremos uma academia enclausurada, desinserida do meio e desajustada das novas perspetivas que se abrem à exploração das energias alternativas "off-shore" (ondas e eólica), à investigação dos recursos marinhos e à exploração espacial e a outras áreas onde se afirmará o nosso futuro.

Transformar a Universidade dos Açores numa academia de referência no Atlântico tem de ser um objetivo permanente, não só para fixar quadros e impedir que eles engrossem a diáspora, mas para dar suporte técnico, científico e até legislativo às orientações e programas de desenvolvimento do poder regional.

Só com um poder competente e um crescimento dinâmico, abrangendo todo o arquipélago e todos os açorianos, seremos capazes de definir o nosso destino. Com o contributo da Universidade, certamente.

Enquanto o processo autonómico não se distinguir pela qualidade e melhoria de vida dos açorianos, enquanto formos os últimos dos "rankings", bem podemos reivindicar mais competências próprias e o cumprimento do adquirido autonómico que ninguém nos dará valor.

São estas as minhas questões pertinentes.

http://escritemdia.blogspot.com

**Jornalista c.p.239 A*